

Aos vinte e quatro dias do mês de julho, às 08h: 55min, através do aplicativo Messenger estiveram presentes/online os conselheiros para uma reunião extraordinária em caráter de urgência do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (COMPAC), presentes: o Secretário Municipal de Cultura e Turismo e Presidente do COMPAC, Ulisses Brasileiro do Couto Filho, Maria Geralda Gonzaga, Padre Felipe Lemos, Lucas Gonzaga, Adalberto Andrade Mateus, Reinaldo Trindade, Ronaldo Melo, Aparecida dos Santos Carmo Evangelista, Natércia Maria Duval Martins de Abreu, Mariana Ramos Borges e José Elfo Gonçalves dos Santos. Iniciando a reunião o presidente deu as boas vindas aos conselheiros e prosseguiu explicando a urgência das demandas que ocasionaram na marcação dessa reunião, seguiu explanando a respeito do aumento significativo da pontuação do ICMS do Patrimônio Cultural de 6,0 pontos, para 24 pontos e parabenizou a equipe da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo pelo trabalho e agradeceu ao apoio da Prefeitura. Apresentada a primeira pauta da reunião, Marco Aurélio Fonseca frisa a necessidade de mudança e alteração na planilha da obra de Readequação do Adro da Capela Senhor do Bonfim. Passando a palavra para a arquiteta Márcia Souza, ela explica aos conselheiros sobre as prospecções realizadas que trouxeram novas informações, fala sobre a revisão da planilha em termos de materiais que estão sendo utilizados e outras especialidades do projeto. Em seguida Rodrigo Rosa Vitor Souza, engenheiro da Secretaria Municipal de Obras, dá bom dia aos presentes e prossegue explicando os aspectos de supressão de item/valores, gerando um reflexo global. Márcia Souza complementa que nesse processo itens foram retirados e no lugar, novos itens foram adicionados. Cita como exemplo, as pedras de seixo rolado que foram trocadas por pedras do tipo lajões. Rodrigo pergunta aos conselheiros se eles compreenderam a alteração. Márcia em seguida explica aos conselheiros que assumiu, junto a Rodrigo, os projetos e acompanhamento da obra que eram de responsabilidade da arquiteta Fabiane Calazans e que ao realizar as prospecções nos esteios da Capela do Bonfim, seguindo a solicitação e as orientações dos técnicos do IEPHA-MG, ocorreu essa necessidade de realizar nova conduta a partir da descoberta de pontos importantes que precisavam ser resgatados sendo que, alguns itens deveriam ser descartados e novos itens recolocados, assim constando um acréscimo de R\$ 6.117,22 (seis mil cento e dezessete reais e vinte dois centavos) equivalente a 4,40% do valor inicial do respectivo contrato. Rodrigo Rosa Vitor Souza completa ainda que as mudanças na planilha e todo processo de supressão e adição de itens seguiu a Lei 8.666/93, que rege os contratos e licitações. Márcia fala que a demanda estrutural dos esteios foi custeada pela Paróquia Santuário de Santa Luzia e essa adição foi baixa, mas significativa para reduzir os custos da planilha e que os itens de alteração fazem referência ao Adro, somente. Rodrigo ressalta que o percentual de adição e supressão está dentro da lei. Sendo algumas das alterações como a troca dos pisos em pedra seixo rolados, por lajões, alteração na medição da pintura interna e externa, meio fio em concreto por paralelepípedo e materiais elétricos não registrados;



Marco Aurélio pergunta se todos os conselheiros entenderam e coloca em votação. Antes disso, Mariana Ramos Borges, arquiteta da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Urbano, pede a palavra e parabeniza a Márcia e Rodrigo pelas explicações e diz que a mudança não foi de custo e sim do projeto. Pede para explicar porque o IEPHA-MG mudou de Idéia, sendo que, o projeto já havia passado pelo conselho. Márcia explica para os conselheiros a partir da fala de Mariana Borges, que primeiramente, houve alteração de custo e projeto, sendo que para o projeto aprovado a proposta inicial era piso em seixo rolado e lajão. Porém, após elaborarmos as prospecções foram encontrados um calçamento poliédrico de 1940, concluindo juntamente com IEPHA-MG que após este estudo o projeto inicial somaria 03 tipos de piso em pedras, ocasionado muitas informações esteticamente, por isto optamos pela retirada do seixo rolado por questões de não ser um piso acessível, e não conjugar com os demais, assim ficou exposto no adro os tipos de calçamento: lajões e pedra poliédrico (1940). Logo depois, Marco Aurélio Fonseca pede aos conselheiros que liguem seus microfones, colocando em votação a pauta número 1 aprovação do acréscimo montante de R\$ 6.177,22 (seis mil cento e dezessete reais e vinte dois centavos) equivalente a 4,40% do valor inicial do respectivo contrato, todos os conselheiros presentes votaram favoráveis, com utilização de Recursos do FUMPAC - Fundo Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural. Finalizando a votação e aprovação da primeira pauta, Marco Aurélio dá início à segunda pauta que se trata dos projetos complementares do Museu Histórico Aurélio Dolabella, passando a palavra novamente para a arquiteta Márcia que explica que os Projetos complementares não estavam aprovados em sua totalidade. Para finalizar necessitam de ser feitos os seguintes projetos: Planilha Orçamentária, Caderno de Encargos, 3D do Projeto do Museu e Praça de Juli, Projeto Estrutural do Deck, Gás, Cronograma Físico Financeiro e Projetos Complementares, no Valor de R\$ 69.304,44 (sessenta e nove mil trezentos e quatro reais e quarenta e quatro centavos). Márcia fala sobre essa necessidade de contratação dos projetos, pois a Secretaria Municipal de Cultura não tem profissionais disponíveis para realizar tais projetos que faltam para encerrar o projeto do Museu. Esses projetos complementares são exigências dos órgãos de fiscalização e são necessários para iniciar os processos de licitações que se trata de uma exigência do IEPHA-MG. Mariana Borges pergunta se quem solicitou esses projetos se foi IEPHA-MG. Márcia Souza responde que sim. Mariana Borges questiona se a Empresa TERA-LTDA tem competências técnicas e se houve algum tipo de checagem se a Empresa TERA - LTDA tem a expertise para realizar esse trabalho de projetos de patrimônio cultural. Márcia responde que o projeto com especificações referente às competências técnicas de projetos arquitetônicos de restauro e intervenção do Patrimônio Cultural - Museu Histórico Aurélio Dolabella já estão prontos e aprovados, todas as informações estão descritas no memorial descritivo e a Empresa TERA - LTDA, só irá elaborar os complementares faltantes, como a realização da planilha orçamentária, o 3D de acordo com o projeto arquitetônico de restauração

que já se encontra pronto e aprovado. Márcia diz que são projetos necessários para encaminhar para licitação. Estes projetos serão encaminhados para apreciação do conselho. Mariana Borges questiona o valor total para impressão coloridas tanto no projeto do Museu quanto do Adro do Bonfim, na linha do Xerox colorido de 5% a 7% do valor total, ela diz que não conhece desses processos e diz que pareceu ser muito dinheiro somente para Xerox. Márcia respondeu que só para ela entender o Projeto do Museu Histórico Aurélio Dolabella tem 2.000 páginas de memorial descritivo, sendo que ainda são 5 cadernos, depois de finalizado é necessário enviar um caderno para cada Secretaria, Desenvolvimento Urbano, uma cópia da Cultura e um para o IEPHA-MG, frisa que são 6 (seis) anos de projetos, além dos projetos do Teatro Rural São Francisco de Taquaraçu de Baixo. Marco Aurélio coloca em votação a pauta número 2 que se trata da contratação dos projetos complementares do Museu Histórico Aurélio Dolabella: Planilha Orçamentária, Caderno de Encargos, 3D do Projeto do Museu e Praça de Juli, Projeto Estrutural do Deck, Gás, Cronograma Físico Financeiro e Projetos Complementares, no Valor de R\$ 69.304,44 (sessenta e nove mil trezentos e quatro reais e quarenta e quatro centavos), sendo aprovados por todos os conselheiros presentes na reunião, com utilização de Recursos do FUMPAC - Fundo Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural. Finalizando essa pauta, Marco Aurélio passa a palavra novamente para Márcia inserindo a pauta de número 3, assinalando que a partir de agora ela, a arquiteta Márcia Souza junto ao engenheiro da Secretaria Municipal de Obras irão assumir o Projeto do Teatro de Taquaraçu, diante disso, será necessário realizar a contratação dos projetos complementares: Planilha Orçamentária, Caderno de Encargos, Projeto de AVCB, Projetos Complementares e Cronograma Físico Financeiro no Valor de R\$ 29.052,63 (vinte e nove mil cinqüenta e dois reais e sessenta e três centavos). Márcia ressalta que assim como a situação do Museu Aurélio Dolabella, o Teatro de Taquaraçu tem o projeto técnico elaborado, faltando somente os complementares, citados no início de sua fala. Por volta, das 09h:27min a Conselheira Rosa Werneck adentrou a sala de reunião virtual, durante a discussão da pauta de nº 3, citada acima. Márcia retoma a introdução da pauta 3, pois Rosa apresentou dificuldade de compreensão do áudio. Explica que o projeto técnico do Teatro de Taquaraçu está concluído, faltando apenas os complementares que são: Planilha Orçamentária, Caderno de Encargos, Projeto de AVCB, Projetos Complementares e Cronograma Físico Financeiro no Valor de R\$ 29.052,63 (vinte e nove mil e cinqüenta e dois reais e sessenta e três centavos), ressaltando que é necessário que o trabalho seja executado pela empresa licitada pela Prefeitura Municipal de Santa Luzia, para depois dar início ao processo de licitação das obras do teatro. Rosa Werneck pergunta a arquiteta Márcia se a Empresa TERA - LTDA foi contratada para fazer o manual. Márcia responde que a empresa foi licitada para fazer projetos dentro da Prefeitura de Santa Luzia, citando as outras Secretarias Municipais, assim só é permitido realizar com essa empresa. Rosa pergunta novamente: Se a empresa foi licitada para



realizar qualquer tipo de projeto. Márcia responde que a empresa tem especialização em vários itens, principalmente, nos que são necessários para realização projetos complementares. Rosa Werneck pergunta se existem outras empresas que poderiam fazer esse projeto com valores maiores ou menores ou se só essa empresa é que pode apresentar para futuramente licitar. Márcia responde novamente falando que somente esta empresa pode executar os projetos. Rosa Werneck pergunta qual o motivo que só a referida empresa pode fazer o projeto. Márcia responde que ela foi licitada e quando se tem uma empresa licitada só podemos fazer com ela. Rosa fala que entende que ela foi licitada, mas o problema é o seguinte, como esta mexendo com verba da Cultura e ela pode licitar outras áreas, ela não sabe se é viável uma única empresa licitar vários tipos de projeto dentro da Prefeitura. O Presidente do COMPAC, Secretário Municipal de Cultura e Turismo de Santa Luzia, Ulisses Brasileiro do Couto Filho, pede a palavra e diz a Rosa Werneck que essa ação é legal porque a prefeitura possui várias demandas, das Secretarias Municipais de Obras, Educação, Saúde e se cada pasta fosse licitar, a Prefeitura iria ter muitas licitações, e diz que entende o questionamento. Rosa pergunta ainda qual tipo de problema daria e diz que não seria moral. O Senhor Ulisses pede a palavra novamente e diz que o processo é legal, que não é errado, que juridicamente não está errado. Rosa diz ainda que possa ser legal, mas não é moral e cita os exemplos dos Ecos Pontos. O senhor Ulisses responde novamente que a única preocupação que a Prefeitura tem é de fazer as coisas dentro da legalidade, a preocupação do governo é fazer o que esta dentro da lei. Rosa Werneck diz ainda que acha complicada que uma empresa fizesse todo tipo de obra e licitação. Ulisses Brasileiro diz que entende o questionamento dela, mas que não está fazendo nada ilegal. Após este momento, Rodrigo pede a palavra e explica para os conselheiros que existiu uma clareza na escolha da empresa, que a Empresa TERA-LTDA entrou na concorrência com outras empresas e que abrir um processo licitatório para cada patrimônio histórico seria muito moroso para a administração pública. Rosa Werneck, com a palavra faz outro questionamento, diz que prefere não votar em projeto nenhum, quer ver como é a empresa, as licitações, porque mesmo a empresa tenha passado por um processo de licitação na Prefeitura ela ter todo tipo de obras de licitações em todas as áreas da cidade que ela Rosa, não acha moral, e irá verificar juridicamente se isso é correto e como projeto ficou parado por 7 anos, mais um mês não vai fazer diferença, mas que para não ser questionado no futuro pelo Ministério Público. Sugere que tenha maior respaldo, sobre essa empresa, o que ela já fez na cidade o que não foi questionado pelo Ministério Público. Ulisses Brasileiro explica que a Empresa TERA-LTDA, passou pela licitação, concorreu com outras empresas e que se ela ganhou é porque estava habilitada para isso e que a preocupação é não fazer nada irregular e, torna a repetir como seria moroso se cada secretaria tivesse que licitar suas demandas. Rosa Werneck diz que esse que seria o correto. Ulisses torna a dizer que está fazendo tudo dentro da legalidade e o objetivo é realizar os processos que sejam efetivos para a cidade, ressalta a

importância do conselho que estava desativado há quase 3 anos e que o objetivo é realizar as ações, citando o Museu e o Teatro de Taquaraçu. Márcia Souza finaliza explicando aos conselheiros que a Empresa TERA-LTDA não fará o trabalho de projeto técnico e somente os complementares como, por exemplo, as planilhas orçamentárias, a partir do memorial descritivo que já está pronto, como já explicado anteriormente. Marco Aurélio prossegue a mediação da mesa e abre em votação a pauta de número 3 - Teatro Rural São Francisco de Taquaraçu; Planilha Orçamentária, Caderno de Encargos, Projeto de AVCB, Projetos Complementares e Cronograma Físico Financeiro no Valor de R\$ 29.052,63 (vinte e nove mil cinqüenta e dois reais e sessenta e três centavos) todos os conselheiros presentes votaram pela aprovação da pauta número 3, com utilização de Recursos do FUMPAC - Fundo Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural. Somente Rosa Werneck vota contra e solicita que nesta ata esteja a ressalva de que seu voto é contra até poder saber mais sobre a empresa que foi licitada. Adalberto Mateus pede a fala e pergunta se a pauta é sobre o Teatro de Taquaraçu. Marco responde que sim e Adalberto vota a favor. Adalberto pede ainda que a mesa siga o calendário de agendamento das reuniões. Marco Aurélio afirma que a reunião foi necessária devido à urgência de aprovação da Obra de Readequação do Adro do Bonfim. Mariana Borges diz que concorda com a fala do Adalberto e também solicita que seja feita a reunião nos dias agendados. Com intuito de formalizar a reunião virtual e não havendo nada mais a tratar eu Ronaldo Melo, representante da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Santa Luzia neste conselho, secretário *ad hoc*, lavrei a presente Ata que, após conferida pelos membros e aprovada será assinada pelo Presidente do Conselho.

Observação final: Tendo em vista o caráter extraordinário da reunião ora realizada, bem como, a grave crise de saúde pública provocada pela pandemia de Coronavírus, e a realização da reunião por meio virtual, a presente Ata será enviada a todos os Conselheiros presentes na reunião, por email e pelo grupo de WhatsApp do Conselho, para conferência, e após cada um manifestar expressamente sobre a ciência e concordância com o referido termo, será assinada unicamente pelo Presidente do Conselho, e no momento que for possível a realização da próxima reunião presencial, será assinada pelos membros do Conselho.

Ronaldo V. Melo



P. Felipe
Munic. Geralde
Carvalho

ULISSES
BRASILEIRO DO
COUTO
FILHO:217831526
72

Assinado de forma
digital por ULISSES
BRASILEIRO DO COUTO
FILHO:21783152672
Dados: 2020.08.04
11:44:32 -03'00'

Mariana Borges



